



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 803/14

REQUERIMENTO

(Dos Srs. Onyx Lorenzoni e Rodrigo Maia)

Solicita que esta CPMI requeira o compartilhamento das informações obtidas pela Comissão Externa criada pelo Requerimento 9534/14 da Câmara dos Deputados.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base nos arts. 2º, da Lei nº 1.579, de 1952, e 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que esta CPMI requeira o compartilhamento de informações, inclusive sigilosas, obtidas pela Comissão Externa Temporária para acompanhar as investigações efetuadas pelo Openbaar Ministerie, em Amsterdam, Holanda, acerca das operações e procedimentos no Brasil da empresa SBM Offshore, cuja sede situa-se naquele País, e que envolvem possíveis práticas de suborno.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito
RECEBI O ORIGINAL
Em <u>22/10/14</u> às <u>10:00</u> horas
Nome: <u>Leopoldo Faria</u>
Matrícula: <u>209130</u>



JUSTIFICAÇÃO

Não são recentes as matérias que vêm associando o nome da Petrobras a graves casos de má-gestão e a suspeitas de atos ilícitos cometidos por seus dirigentes.

A Petrobras – no passado – já foi a maior empresa do Brasil e da América Latina. No entanto, o debate mais recente é sobre a forte ingerência do Governo nas decisões estratégicas da empresa – nem sempre priorizando a gestão por competência e resultados – bem como, as graves denúncias de corrupção, trazidas pela mídia nacional e internacional, envolvendo os gestores da Empresa. Em entrevista concedida ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em junho/2005, o então Deputado Roberto Jefferson já atribuía ser a Petrobras uma das “*joias da coroa*” para casos de loteamento de cargos e de atendimento a interesses diversos dos institucionais da petrolífera.

No que toca à gestão temerária da Petrobras, o mercado parece cada vez mais reticente sobre sua robustez e capacidade de estabelecer as políticas energéticas necessárias e que não sejam apenas reflexo dos governos de plantão. Exemplo clássico é o do subsídio ao preço do combustível, usando o caixa da petroleira como forma de controlar a inflação, comprometendo imensamente a capacidade de a empresa crescer e investir.

Em relação às gravíssimas denúncias de corrupção na Petrobras, nebulosas – e que necessitam de investigação profunda por este Parlamento – são os casos de aquisição de Pasadena, da construção da Refinaria de Abreu e



CONGRESSO NACIONAL

Lima e do suposto pagamento de “propina” a funcionários da Petrobras pela empresa holandesa SBM, visando à obtenção de contratos com a estatal.

Não bastasse o descaso com o dinheiro público nessa mal sucedida aquisição, outro escândalo de mesmas proporções foi o da *SBM Offshore*. O grupo holandês *SBM Offshore* é proprietário da maior frota mundial de plataformas para exploração de petróleo do mundo. Concentra atividades em diversos países como Angola, Itália, Malásia, Guiné Equatorial, Cazaquistão, Iraque e Brasil, entre outros, apresentando-se como parceiro da Petrobras em diversos contratos de aluguel e operação de várias plataformas flutuantes conhecidas como *FPSO (Floating Production Storage and Offloading)*, principalmente para as atividades situadas no Pré-Sal.

Este grupo se viu projetado na mídia em razão de grave denúncia de que teria pagado “comissões” de US\$ 250 milhões a três países, dos quais, mais da metade – US\$ 139 milhões – teriam sido desembolsados para funcionários da Petrobras com vistas à obtenção de contratos com a estatal. Hoje, a SBM tem participação majoritária em nove plataformas alugadas ou encomendadas pela estatal brasileira.

A denúncia, feita por um ex-empregado do grupo, gerou a abertura de investigações por parte das autoridades da Holanda, Inglaterra e Estados Unidos. Em documentos vazados na internet, o suposto intermediário no pagamento de propinas a funcionários da Petrobras seria Julio Faerman, dono das empresas Faercom Energia e Oildrive Consultoria em Energia e Petróleo. Segundo noticiado pela imprensa¹, “ele assinava contratos de consultoria com a

¹ Disponível em <http://veja.abril.com.br/noticia/economia/petrobras-diz-que-nao-encontrou-evidencias-de-propina-da-sbm>



SBM que serviam para repassar o dinheiro de propina para diretores da Petrobras.

Essas consultorias previam o pagamento de uma ‘comissão’ de 3% do valor dos contratos celebrados entre a SBM e a Petrobras — 1% era destinado a Faerman e 2% a diretores da petrolífera brasileira. Uma troca de e-mails entre três diretores da SBM, que faz parte da investigação, traz minutas confidenciais da Petrobras e faz referência a uma reunião com um engenheiro-chefe da empresa, José Antônio de Figueiredo, para tratar da renovação do aluguel de uma plataforma de petróleo sem ter de passar por licitação. Figueiredo, funcionário de carreira da Petrobras há 34 anos, trabalhava no departamento de compras internacionais na gestão de José Sergio Gabrielli na presidência da empresa (2005-2012). Em maio de 2012, já sob o comando de Graça Foster, foi promovido a diretor de Engenharia, Tecnologia e Materiais e membro do conselho de administração.”

A respeito destes fatos, em nota divulgada nos meios de comunicação em 31 mar 2014, a Petrobras afirmou o seguinte:

“A Petrobras informa que a Comissão Interna de Apuração, constituída em 13/02/2014, para averiguar as denúncias de supostos pagamentos de suborno a empregados da Companhia, envolvendo a empresa SBM Offshore, concluiu que, baseada nos trabalhos realizados e restrita à sua competência regulamentar, não encontrou fatos ou documentos que evidenciem pagamento de propina a empregados da Petrobras.”

Por todo o exposto – e pela quantidade de outros fatos que vêm sendo divulgados no desenrolar das investigações em curso – entendemos indispensável a cópia integral de todos os documentos recebidos pela Comissão



CONGRESSO NACIONAL

Externa Temporária. Por essas razões, conclamamos os nobres Pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2014.

**DEPUTADO ONYX LORENZONI
DEM/RS**

**DEPUTADO RODRIGO MAIA
DEM/RJ**